

## Pesquisa Responsiva e Autonomia Científica

Comentário sobre "Towards a New Ethos of Science or a Reform of the Institution of Science? Merton Revisited and the Prospects of Institutionalizing the Research Values of Openness and Mutual Responsiveness" by René von Schomberg.

Sabina Leonelli<sup>a</sup>

<sup>a</sup> University of Exeter, United Kingdom. Kluge Centre of the Library of Congress.  
[s.leonelli@exeter.ac.uk](mailto:s.leonelli@exeter.ac.uk) 

O apelo de Von Schomberg para colocar a capacidade de *resposta mútua* – que entendo como a capacidade dos pesquisadores e do Sistema de pesquisa como um todo de promover intercâmbios significativos e aprender com novas experiências, independentemente de sua origem – no centro da Ciência Aberta e dos esforços relacionados para reformar o cenário científico é oportuno e significativo. O compartilhamento generalizado não é suficiente para garantir uma pesquisa responsável e inclusiva, nem os apelos vagos para melhorar a cultura de pesquisa, seja lá o que for que

essa cultura venha a incluir (Leonelli, 2023). Em vez disso, é preciso enfatizar as condições sob as quais o compartilhamento de materiais, métodos e percepções – e o debate sobre as metas e as direções para as quais eles podem ser usados – pode melhorar o intercâmbio, a comunicação e o escrutínio da pesquisa, tendo como consequência resultados científicos confiáveis e socialmente responsivos. Por isso, o foco de von Schomberg na interação entre as características institucionais e comportamentais da ciência e seu apelo por uma reforma nas estruturas de governança,



como a iniciada pelo COARA, são muito bem aceitos. No entanto, ele é muito rápido ao descartar a importância de algum grau de autonomia para as pessoas envolvidas na criação do conhecimento. Para mostrar por que isso é importante, discuto aqui brevemente duas das afirmações adicionais de von Schomberg: (1) seu foco nos “atores do conhecimento” como protagonistas dos esforços de pesquisa; e (2) sua crítica à eficácia dos esforços de autogovernança dos pesquisadores.

Von Schomberg observa a importância das decisões sobre quem deve ser considerado “ator do conhecimento” de boa-fé, já que são esses atores, em sua opinião, que incorporam e promulgam a capacidade de resposta mútua. Como demarcar esses atores de grupos desinformados, não qualificados e/ou partidários é uma questão preocupante em um momento em que as desinformações e as câmaras de eco, aumentadas por formas tecnologicamente mediadas de comunicação generalizada, como as mídias sociais, correm o risco de obliter-

rar a diferença entre conhecimento confiável e não confiável. Essa preocupação é exasperada pela imensa fragmentação que caracteriza a comunidade científica, que, sem dúvida, não é uma comunidade – ao contrário da formulação de von Schomberg – mas um vasto ecossistema de diversos grupos que as características são finamente ajustadas a situações, objetivos e ambientes específicos, incluindo várias constelações de colaboração com não cientistas (como, por exemplo, comunidades agrícolas, no caso da ciência agrícola; serviços sociais e médico, no caso da pesquisa biomédica; observadores de pássaros, no caso da ornitologia; aficionados por mergulho, no caso da biologia marinha). Como von Schomberg ressalta, há maneiras de combater ataques maliciosos aos métodos e à legitimidade da pesquisa científica e, ao mesmo tempo, preservar o caráter crítico e não dogmático do debate científico. Essas formas envolvem a abertura da pesquisa para colaboradores com conhecimentos especializados relevantes de todos os domínios e caminhos da vida, abraçan-

do assim a complexidade do cenário da pesquisa e suas múltiplas relações de cooperação e dependência transdisciplinar. Esse é o espaço social no qual a capacidade de resposta mútua se torna significativa e difícil de ser alcançada, principalmente devido às intervenções de individuo, grupos e instituições que, em princípio, endossam os valores e o comportamento dos agentes do conhecimento e, na prática, usam sua compreensão do processo de pesquisa principalmente como um instrumento de controle e domínio sobre os outros.

A economia de plataforma associada ao surgimento da IA generativa e das mídias sociais oferece um mercado ideal para essas aquisições: dados os enormes investimentos, habilidades e recursos necessários para participar do desenvolvimento da inovação centrada em IA, esse é, por definição, um espaço desigual em que até mesmo os acadêmicos – aqueles que são pagos para realizar pesquisa de forma profissional dentro de instituições de ensino superior – estão em grande desvantagem

em relação à empresas privadas mais ricas. Em resposta às preocupações com as desigualdades de poder da condução da pesquisa, a filósofa Helen Longino (2002) ofereceu um conjunto modificado de normas para interações acadêmicas, três das quais são particularmente úteis para o propósito aqui: o desenvolvimento de oportunidades e incentivos para aceitação das críticas, em que os envolvidos em pesquisas são regularmente incentivados a considerar feedbacks construtivos e baseados em evidências; a existência de padrões públicos pelos quais a qualidade do conhecimento pode ser avaliada e que, por sua vez, estão sujeitos a escrutínio frequente para garantir sua relevância e adequação ao longo do tempo; e o cultivo de uma “igualdade moderada de autoridade intelectual”, segundo a qual qualquer pessoa que tenha experiência relevante é bem-vinda para participar do debate intelectual, as são feitas escolhas sobre quais vozes devem ser destacadas e quais devem ser atenuadas para evitar que a ciência replique a dinâmica de poder já enraizada na

sociedade em geral. Embora qualquer pessoa com experiência relevante possa ser considerada um ator do conhecimento, isso não proporciona legitimidade automática, e ainda é necessário deliberar sobre quais contribuições são mais ou menos significativas e confiáveis.

Isso me leva a um ponto de debate. Concordo com von Schomberg sobre a importância crucial da governança institucional precisamente para promover essa deliberação, promovendo assim a igualdade moderada de Longino. No entanto, ele associa esse argumento a um voto de desconfiança nos esforços de autorregulação da comunidade científica, que ele considera amplamente ineficazes e baseados em um ideal de autonomia científica que não se sustenta mais. Ele considera o caso dos esforços de compartilhamento de dados da Covid-19 como um exemplo importante em que a cooperação foi amplamente exigida e facilitada por instituições científicas e não pelos próprios pesquisadores, e a autonomia não desempenhou nenhum papel nas decisões dos pes-

quisadores sobre o que compartilhar e quando. Discordo dessa interpretação do que a história da ciência nos ensina em três aspectos.

Em primeiro lugar, a implementação da Ciência Aberta na resposta à pandemia, apesar de fortes incentivos ao compartilhamento de dados e métodos de países do mundo todo, não foi homogênea, nem incontroversa; mas de uma interpretação de abertura foi entendido no desenvolvimento de plataformas para pesquisar a Covid-19, resultando em um debate contínuo sobre quais formas de cooperação funcionaram melhor para qual finalidade e, se e como, o compartilhamento de dados deve ser institucionalizado para facilitar o intercâmbio inclusivo, bem como resultados acionáveis (Sheehan *et al.*, 2024). Dentro desse cenário tenso, a decisão de compartilhar os contributos da pesquisa foi muitas vezes tomada por pesquisadores individuais com um forte compromisso pessoal de ajudar a resolver a emergência global por meio da colaboração transnacional.

Em segundo lugar, esse compromisso pessoal com o intercâmbio aberto faz parte de um *ethos* cultivado ao longo das décadas – às vezes séculos – de prática de pesquisa em domínios como astronomia, meteorologia e história natural, que pode não ter sido codificado e representado em trabalhos recentes das academias de ciências, mas que se repete no trabalho diário de pesquisadores em todo o mundo, como tenho testemunhado com frequência em meus próprios estudos sobre o trabalho científico. Uma história tão longa de abertura é preciosa justamente porque promoveu métodos eficazes para estabelecer e manter relações significativas com colaboradores, críticos e partes interessadas, aumentando assim a capacidade de resposta da ciência aos desafios, contribuições e críticas sociais e técnicas.

Em terceiro lugar, à medida que a pesquisa se torna cada vez mais técnica e hiperespecializada, é fundamental reconhecer até que ponto os colaboradores individuais – sejam eles cientistas

profissionais ou não – são chamados a tomar decisões significativas e responsáveis sobre o que fazer, como, com quem e para quais fins. Nesse sentido, a autonomia continua sendo uma característica necessária da pesquisa científica, na medida em que somente os colaboradores especializados estão em condições de traduzir normas abstratas, políticas e códigos de conduta em métodos práticos e infraestruturas adequadas à sua situação específica de investigação. Incentivos, encorajamento e treinamento adequado certamente precisam estar disponíveis para que os pesquisadores tomem essas decisões – um ponto crítico, concordo com von Schomberg, especialmente devido ao reconhecimento muito limitado do trabalho e da especialização necessários para esse trabalho nos atuais sistemas de recompensa no meio acadêmico e fora dele.

No entanto, a governança e as configurações institucionais corretas só podem ir até certo ponto, com os pesquisadores precisando de treinamento

e incentivo para desempenhar um papel ativo na tomada de decisões – exercendo, assim, a autonomia de maneira que podem tornar a pesquisa mais ou menos socialmente responsável. Isso se aplica especialmente à “perspectiva de engenharia” que von Schomberg aplaude na ciência da vida contemporânea, que é centrada na intervenção, mas não necessariamente se envolve com questões de responsabilidade social de maneira consistente ou eficaz. Na verdade, pode-se argumentar que as preocupações com as implicações éticas da engenharia da vida, tão proeminente após o Projeto Genoma Humano no início dos anos 2000, tornaram-se periféricas para as atividades e o treinamento em STEM em muitas partes do mundo – um desenvolvimento preocupante, dado o impacto da bioengenharia em todos os aspectos da vida no planeta, e que corremos o risco de ver replicado em formas abrangentes de ciência de dados e Inteligência Artificial generativa.

Concluindo, o reconhecimento da agência e da autonomia dos pesquisadores em tornar a pesquisa responsável é fundamental para reformar as instituições científicas no futuro. O elefante na sala continua sendo as entidades públicas e privadas, desde os governos nacionais até o setor corporativo, cuja fidelidade à ideologia política e ao crescimento econômico entra em conflito com as normas, os processos e os resultados da ciência, além de condicionar quase todos os aspectos da pesquisa, inclusive como, quando, onde e por que os cientistas circulam e examinam as práticas e os resultados uns dos outros. O que as instituições precisam fazer é criar os incentivos, as pedagogias e os locais certos para que os pesquisadores mantenham a autonomia necessária para criar colaborações significativas com partes relevantes da sociedade civil em condições de igualdade moderada.

## AGRADECIMENTO

Este projeto recebeu financiamento do Conselho Europeu de Pesquisa (ERC) no âmbito do programa de pesquisa e inovação Horizon 2020 da União Europeia (acordo de concessão n.º 101001145, PHIL\_OS). Este documento reflete apenas a opinião do autor e a Comissão/Agência não é responsável por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas. O autor agradece à equipe do PHIL\_OS e aos membros da Open Science Policy Platform pelas discussões úteis.

## REFERÊNCIAS

- Leonelli, S. (2023). *Philosophy of Open Science*. Elements Series, Cambridge University Press.
- Longino, H. (2002). *The Fate of Knowledge*. Princeton University Press.
- Sheehan, N., Leonelli, S., & Botta, F. (2024). Unrestricted versus Regulated Open Data Governance: A Bibliometric Comparison of SARS-CoV-2 Nucleotide Sequence Databases. *Data Science Journal*, 19, 1-30. <https://doi.org/10.5334/dsj-2024-024>